

12.2 — Técnico profissional de biblioteca e documentação:

Presidente — CMG Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira.

Vogais efectivos:

Técnico superior de 2.ª classe de BD do QPCM José Manuel Esteves Pereira, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Técnica prof. esp. BAD do QPCM Zulmira Maria Pedrosa Fernandes de Oliveira.

Vogais suplentes:

Técnica superior de 1.ª classe de arquivo do QPCM Maria Isabel Milheiro Beato.

Técnica princ. BD do QPCM Alice Maria Caldas Ferreira dos Santos.

13 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

4 de Julho de 2005. — O Chefe da Repartição, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira*, capitão-de-mar-e-guerra.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15 912/2005 (2.ª série). — Tendo em conta que:

Ao Ministério da Justiça, através da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, cabe a responsabilidade pela definição, gestão e segurança do sistema prisional, incumbindo-lhe nomeadamente superintender na organização e funcionamento dos serviços de detenção e de execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade, elaborar os planos de segurança geral e específicos das instalações prisionais e assegurar a sua execução e ainda programar as necessidades nos domínios das instalações e equipamentos prisionais;

As recentes evasões de reclusos de estabelecimentos prisionais indiciam a existência de debilidades graves, nomeadamente em termos de segurança periférica;

O Governo e, em especial, o Ministério da Justiça se preocupam com a compreensível perturbação que as evasões provocam na segurança e tranquilidade públicas e com a frustração que daí resulta das finalidades de prevenção geral e especial que às penas cumpre prosseguir:

Determino o seguinte:

1 — A constituição de uma comissão que tem por objectivo fazer um levantamento rigoroso das carências na área da segurança do sistema prisional, nomeadamente ao nível das infra-estruturas físicas e tecnológicas, e propor medidas a tomar, no mais curto espaço de tempo possível, no sentido de dotar o parque penitenciário português das instalações, equipamentos e planos necessários ao cumprimento das condições fundamentais de segurança.

2 — A comissão, obtida a prévia concordância da respectiva tutela no que respeita à participação de representantes da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, tem a seguinte composição:

- Dr. Henrique Isidoro, em representação da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, que coordenará;
- Coordenador Luís Dias, em representação da Polícia Judiciária;
- Major Pedro Ribeiro Duarte, em representação da Guarda Nacional Republicana;
- Subintendente Ismael Gaspar Jorge, em representação da Polícia de Segurança Pública;
- Engenheiro Luís Morais Correia, em representação do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

3 — A comissão deverá apresentar um relatório final com o resultado do trabalho realizado até 30 de Setembro de 2005.

5 de Julho de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 15 913/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 18.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do despacho n.º 10 823/2005, do Ministro da Justiça, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, é nomeado subdirector-geral dos Registos e do Notariado, em comissão de serviço, o licenciado José Ascenso Nunes da Maia, inspector extraordinário afecto ao Serviço de Avaliação e Inspeção da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado e vogal do conselho técnico da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, da subsecção do registo comercial e de bens móveis, possuidor de reconhecida experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções. A presente nomeação produz efeitos a partir desta data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

Curriculum vitae de José Ascenso Nunes da Maia

I — Dados pessoais

Nome: José Ascenso Nunes da Maia.

Data de nascimento: 23 de Dezembro de 1953.

Local de nascimento: Alcobaca, freguesia e concelho de Alcobaca.

II — Formação académica

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Junho de 1978.

III — Percurso e experiência profissionais

Vogal do conselho técnico da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, da subsecção do registo comercial e de bens móveis, desde Novembro de 2001.

Inspector *ad hoc* de Julho a Dezembro de 1995.

Inspector extraordinário, afecto ao Serviço de Avaliação e Inspeção da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado (SAI), desde 1 de Janeiro de 1996, exercendo a sua actividade em diversas conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis e cartórios notariais em Portugal continental, nas Regiões Autónomas e em São Tomé e Príncipe.

Conservador desde 6 de Agosto de 1980, exercendo esta actividade em diversas conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, tendo a classificação de serviço de *Muito bom*. Formador de estágio dos auditores dos registos e do notariado. Membro do grupo de trabalho para a introdução do euro nos registos e no notariado.

Leccionador do curso de formação de registos para advogados no Conselho Distrital de Évora da Ordem dos Advogados desde 1996. Formador de acção de formação nas áreas da lei orgânica e dos registos predial, comercial e de automóveis para escriturários para acesso à carreira de ajudantes, tanto pela ASOR como pelo sindicato (2003-2004 e 2004-2005).

Membro do júri do procedimento de ingresso na carreira de conservadores e notários.

Membro do grupo de trabalho para estudo dos vencimentos.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Aviso n.º 6858/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos artigos 64.º, 65.º e 68.º do Regulamento aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, declara-se aberto concurso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento dos lugares de conservador e notário (de 1.ª classe) abaixo indicados:

Registo predial:

2.ª Maia;

Notariado:

Centro de Formalidades das Empresas Lisboa I.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»